



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11632 - Resumo Expandido - Trabalho - XVI Reunião da Anped Centro-Oeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos

O PARQUE INFANTIL COMO DIREITO AO LAZER DAS CRIANÇAS DE BAIXA RENDA

Lilliane Braga Arruda - FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

Ivone Garcia Barbosa - FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

Marcos Antônio Soares - UFG - Universidade Federal de Goiás

Agência e/ou Instituição Financiadora: FAPEG

O PARQUE INFANTIL COMO DIREITO AO LAZER DAS CRIANÇAS DE BAIXA RENDA

Introdução: um objeto de estudo vivo e em movimento

A Constituição Federal brasileira (BRASIL, 1988) foi um importante marco na determinação de direitos sociais para as crianças que vivem no Brasil. Entre esses direitos estão a educação, a saúde, a assistência, a proteção e o lazer. Muitos pesquisadores têm feito alusão aos direitos sociais, sem destacar o lazer e os seus espaços, como se estes não tivessem importância na formação da infância e na constituição de uma cidadania plena para todas as crianças. Partindo da premissa de que a condição de vida digna da classe trabalhadora abrange o direito ao lazer dentro de espaços públicos coletivos, optamos por discutir no presente trabalho resultados importantes de uma pesquisa que cotejou conhecer e analisar a trajetória constitutiva e em pleno movimento de devir do Parque Mutirama, um dos contextos mais importantes destinados ao divertimento e à educação de crianças de média e baixa renda, cuja origem se funde ao desejo de cunho liberal de consenso entre grupos e classes sociais.

Enquanto espaço público de lazer, o Mutirama teve uma trajetória histórica atrelada a posturas de políticos populistas, de filiação partidária diversificada e de representação de diferentes momentos históricos do estado de Goiás e de sua capital, Goiânia. No movimento vivo de seu projeto e na materialização de sua forma e dinâmica, esse parque infantil se

constituiu como objeto de nossa pesquisa, mostrando-se desafiador à compreensão da dialeticidade de suas finalidades. Desse modo, optamos em investigar o Mutirama sob um olhar rigoroso e dialético, buscando compreender as contradições que demarcaram e, ainda, demarcam a sua existência, posicionando frente ao projeto que dele se cerca e nas suas possibilidades de sua transformação, como nos ensinaram Marx e Engels (s/d).

No presente texto apresentamos dados relevantes obtidos por meio de pesquisa documental e empírica realizada com diferentes indivíduos, cujas vidas tiveram em algum momento uma inter-relação com aquele Parque. Na análise das informações e na construção de dados da pesquisa foram consideradas produções teórico-acadêmicas sobre a temática de investigação, estabelecendo-se profícuo diálogo com pesquisadores brasileiros. Destacamos uma questão orientadora de nossa problematização: a proposta de construção do Parque Mutirama em espaço público para crianças e suas famílias de média e baixa renda em sua efetivação, desde seu surgimento, cumpriu sua proposta de acesso a todas as crianças e suas famílias? Neste texto optamos em apresentar dados sobre a trajetória histórica do Mutirama e explicitar algumas reflexões sobre suas funções histórico-sociais e políticas, elaborando nossas intencionalidades quanto ao seu papel frente às crianças de famílias da classe trabalhadora.

O Parque Mutirama: elementos de sua trajetória histórica (1969 a 2017)

Criado na década de 1960, o Parque Mutirama é um espaço de lazer de crianças goianas, especialmente, goianienses. Sua origem mantém alguma vinculação com o surgimento de parques infantis no Brasil, sem, no entanto, manter com estes uma identidade. Faria (2002), Oliveira (1985), Kuhlmann Jr. e Fernandes (2004) nos auxiliam a compreender o surgimento dos parques infantis como espaços não escolares, os quais constituídos para atendimento, principalmente, de cunho assistencial e compensatório às crianças e suas famílias de baixa renda – sendo estes, historicamente instituídos como um lugar das crianças permanecerem enquanto seus responsáveis estivessem no trabalho. Assim, os parques infantis ganharam um caráter de proteção e assistência e, ao mesmo tempo, foram considerados espaços para que as crianças, filhos de operários, vivenciassem suas infâncias, participando de atividades lúdicas e artísticas.

O surgimento e criação de espaços públicos como os parques infantis, destinados ao lazer de crianças e suas famílias, foram marcados por contradições em suas finalidades e seus resultados. Faria (2002) demonstrou em seus estudos a criação dos primeiros parques infantis no Estado de São Paulo, com caráter compensatório, visando oportunizar às crianças – filhos de trabalhadores e operários – o direito à infância, ao mesmo tempo que objetivaram educar as crianças no brincar, utilizando dos espaços públicos para autocontrole de ações e atitudes no espaço social, além de conter a mobilização política. Nessa perspectiva, as conclusões de Arruda (2018) nos parecem pertinentes, tendo os parques concretamente ações de disciplinarização de crianças no seu tempo livre, servindo ao momento de industrialização do país e sendo espaço de controle da vida da população.

De acordo com a leitura de Faria (1999), porém, é importante perceber outra possibilidade de visão sobre os objetivos dos parques. Conforme proposição de Mário de Andrade, os parques infantis de São Paulo tinham a preocupação com o tempo livre da classe operária e das crianças, propiciando a proposta do brincar e da produção artística, como algo social e cultural (FARIA 1999).

Quando os primeiros parques surgiram no Brasil, a cidade de Goiânia, capital de Goiás, estava sendo inaugurada em 24 de outubro de 1933. Três décadas depois da fundação da capital, em 1969, foi inaugurado o Parque Mutirama, idealizado por Iris Rezende Machado, prefeito da cidade na época. Conforme depoimento do prefeito, a intenção era construir um parque infantil público e gratuito, que favorecesse a convivência entre as classes sociais, visando “criar na cidade um lugar que fosse de lazer para as crianças e as famílias de média e baixa renda; na cidade não havia lugar de lazer para essas classes, havia pouco lazer na cidade, só o Jóquei Clube, que era frequentado pela elite da cidade” (depoimento de Iris Rezende Machado. *In*: ARRUDA, 2018).

O Mutirama: suas finalidades sócio-políticas

As vinculações do Mutirama demarcam posicionamentos nas propostas de atendimento às crianças e suas famílias no Parque que, historicamente, se constituiu como um lugar de referência na região centro-oeste, como um espaço de recreação, lazer e turismo. O nome do Parque Mutirama surgiu da junção das palavras “mutirão” e “autorama”, essa última, denominação de um relevante brinquedo que foi incluído no Parque em 1968/1969. Sua inauguração ocorreu no ano de 1968, por um interventor, que ocupou o cargo de prefeito devido à cassação política pelos militares do ex-prefeito, responsável pela idealização do Parque.

No período de 1969 a 2011, as pessoas que o frequentaram o Mutirama, utilizavam dos diversos espaços para: estudos, piqueniques, brincadeiras no *playground* que era totalmente gratuito. O acesso aos brinquedos eletrônicos ocorria por meio da aquisição de *vouchers* pagos; algumas crianças eram premiadas nas escolas com o *voucher* por serem consideradas “boas alunas” e outras crianças os conseguiam pela entrega selecionada e realizada pelo gestor do parque.

Nessa trajetória, muitos dos comerciantes que participaram da vida do Mutirama lembram da maneira alegre como as crianças, sobretudo as de baixa renda, se mantinham no interior do parque, que, inclusive, contava com uma parte própria para piqueniques em família, para as crianças correrem livremente, espaço de alimentação “barata” e espaço para shows gratuitos. As famílias permaneciam com as crianças no espaço, aprendendo a conviver e trocar com outros. Nossa investigação cotejou entrevistas com depoentes voluntários que contaram de suas emoções e afetos vivenciados em brinquedos e no clima aberto do parque, ao longo da semana e, especialmente, nos fins de semana.

Em 2011, o Parque Mutirama foi fechado para reforma e manutenção, retornando seu

atendimento em 2012, quando se submeteu à lógica capitalista do lucro e passou a ser totalmente privado, mediante ao pagamento de quantia alta da entrada. Nesse caso, portanto, ficou inviabilizado o acesso das crianças e famílias de baixa renda, rompendo com sua proposta original de acesso à todas as crianças, como uma possibilidade de convivência entre classes sociais. Nesse sentido, naquele momento se configurou o atendimento privado em espaço público, com retirada de direitos, sendo frequentado hegemonicamente por crianças de classe média.

Finalizando: o Parque Mutirama como espaço de contradição sócio-política e cultural

Percebemos, pois, a contradição existente no projeto do Mutirama, que, apesar de argumentar em favor de uma condição pública de atendimento às necessidades das diferentes infâncias e classes sociais, manteve uma possibilidade de atividades de oferta de um serviço permeado no atendimento das crianças, desde seu surgimento até 2011, de uma relação público-privada. Ou seja, pelo que pudemos observar, embora tenha em seu projeto inicial um lugar de acesso a todas as crianças e famílias como um ambiente público, na efetivação do atendimento nem todos os espaços era de acesso à todas as crianças e as famílias, pois ao se cobrar o *voucher*, uma taxa de acesso ao parque, limita, impede e delimita qual ou quais são os espaços que às crianças e suas famílias terão acesso. Isso rompe, certamente, com a proposta inicial de integração e de convivência entre as classes sociais.

No período entre 2012 a 2017, o Parque passa a ser de acesso restrito, inviabilizando o acesso das crianças e suas famílias ao espaço público que se privatizou mediante o acesso por meio do pagamento de uma taxa considerada inviável a ser paga, principalmente, pelas crianças e famílias de baixa renda.

A pesquisa demonstra que embora apresente a contradição do atendimento na relação de um espaço que deveria ser de acesso a todos, em sua efetivação se torna um espaço público privatizado por este não ser de acesso a todos os espaços e as pessoas. O Mutirama se constituiu historicamente como um espaço de lazer, de recreação entre as crianças e as famílias de todas as idades, se tornando uma referência patrimonial e turística no Estado de Goiás. A história do Mutirama se mistura à história da cidade de Goiânia, marcando as infâncias de muitos goianos e turistas. Considerando as implicações sociais, culturais e educacionais vivenciadas com os parques infantis, defendemos que haja o compromisso das políticas públicas com o direito das crianças ao lazer e com a constituição de espaços públicos dirigidos às classes trabalhadoras.

Palavras-Chave: Parque Infantil. Crianças de baixa renda. Direito ao lazer. Direito à infância. Parque Mutirama.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Lilliane Braga. **O Parque Mutirama em Goiânia, Goiás: história e constituição de um contexto socioeducativo para crianças**. 2018. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Diário Oficial, 1988.

FARIA, Ana Lúcia Goulart. **Educação Pré-escolar e Cultura**. São Paulo: Cortez, 2002.

FARIA, Ana Lúcia Goulart. A contribuição dos Parques Infantis de Mário de Andrade para a construção de uma pedagogia da Educação Infantil. **Educação e Sociedade**, n. 69, dez. 1999.

KUHLMANN JR. Moysés; FERNANDES, Rogério. Sobre a história da infância. In: FARIA FILHO, Luciano M. de (Org.). **A infância e sua educação: materiais, práticas e representações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Ômega, s/d.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Dos parques infantis às escolas municipais de educação infantil: um caminho de cinquenta anos. **Revista Escola Municipal - SME**, v. 18, n. 13, p. 11-18, São Paulo, 1985.